PROJETO DE LEI Nº , DE 2007
(Da Sra. SANDRA ROSADO)

Cria o Fundo Nacional para o Fortalecimento da Defesa Agropecuária (FNFDA) e dá outras providências

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei cria o Fundo Nacional para o Fortalecimento da Defesa Agropecuária (FNFDA).

Art. 2º Fica criado o Fundo Nacional para o Fortalecimento da Defesa Agropecuária (FNFDA), de natureza contábil, com a finalidade de promover e executar a defesa sanitária animal e vegetal, visando preservar a sociedade de doenças e pragas que comprometam a qualidade de vida humana, animal, vegetal e do meio ambiente natural.

Art. 3º Constituem recursos do FNFDA:

I – os recursos orçamentários da União direcionados para a finalidade;

II – as doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

III – o resultado da aplicação financeira de seus recursos;

IV – outras receitas que lhe vierem a ser destinadas.

Parágrafo único. O saldo apurado em cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte, a crédito do FNFDA.

Art. 4º O FNFDA será administrado por um Conselho Gestor, de composição majoritária de representantes do Poder Executivo Federal, que terá dentre outros membros, na forma do Regulamento:

I – um representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;

II – um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;

III – um veterinário;

IV – um zootecnista;

V – um engenheiro agrônomo.

§ 1º Os membros do Conselho Gestor serão nomeados pela autoridade designada na regulamentação desta Lei.

§ 2º A regulamentação desta Lei estabelecerá a vinculação ministerial, o regimento interno e as formas de atuação do Conselho Gestor, bem como assegurará a publicidade de seus atos e decisões, especialmente no que se refere ao detalhamento das despesas incorridas com os recursos do FNFDA.

Art. 4º Os recursos do FNFDA serão destinados, na forma, limites e prazos definidos no regulamento:

I – à execução da política nacional e das diretrizes governamentais fixadas para a defesa agropecuária;

II – às ações de controle e erradicação de doenças e pragas dos animais e vegetais, ou veiculadas por seus produtos, subprodutos, derivados, insumos em geral, de importância econômica e social;

III – à prestação de assistência técnica, aos agricultores e criadores, nas propriedades rurais, e às indústrias de produtos de origem animal e vegetal;

IV – à realização de pesquisas de interesse da defesa agropecuária e à divulgação de seus resultados.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Sabemos que a defesa agropecuária engloba atividades que se orientam pelas demandas externa e interna e se alicerçam no emprego de medidas zoossanitárias e fitossanitárias provenientes de foros internacionais. É, assim, responsável pelo padrão de qualidade e pela segurança alimentar.

A defesa sanitária animal tem como escopo o aumento da produção e da produtividade sustentada dos rebanhos, em conformidade com os padrões e níveis de qualidade admitidos internacionalmente, e a eliminação de barreiras sanitárias para a comercialização de animais, seus produtos, subprodutos e derivados.

A defesa sanitária vegetal, por seu turno, é responsável por assegurar a sanidade dos vegetais para que estes estejam aptos à comercialização, sobretudo quando se tratam de vegetais hospedeiros de Pragas Quarentenárias A2 e A1, que são aquelas consideradas restritivas nacional e internacionalmente, respectivamente. As ações de defesa sanitária têm, assim, por objetivo coordenar e controlar as atividades de inspeção e fiscalização relativas às ações de defesa, inspeção e fiscalização de produtos vegetais e de organismos geneticamente modificados e certificação da agricultura orgânica. Essas ações visam garantir padrões de qualidade dos alimentos e matérias – primas de origem vegetal, levando em conta as normativas internacionais e, objetivando, ainda, a eliminação de barreiras à comercialização de plantas, seus produtos, subprodutos e derivados.

A defesa agropecuária é, pois, a base do agronegócio. Como bem salienta Cesário Ronaldo, especialista da Qualitas – Instituto de Pós-Graduação em Medicina Veterinária, “sem ela não há segurança dos alimentos, saúde animal, vegetal, inspeção e fiscalização de produtos, desenvolvimento de padrões sanitários e fitossanitárias. Ou seja, todo um conjunto de ações que oferece garantias para o desenvolvimento do setor”.

Entretanto, nos últimos anos, o Governo não deu a importância necessária e procedeu ao corte de verbas para a defesa agropecuária. Estavam previstos no orçamento, aprovado pelo Congresso Nacional, R\$265 milhões e sobraram, somente, R\$127,4 milhões para as

atividades programadas para 2007. Foram bloqueados, portanto, 52% dos recursos destinados à área.

O decréscimo de recursos para a defesa agropecuária nos últimos anos contribuiu, por certo, para o ressurgimento de casos de febre aftosa no Brasil.

Em 2004, ocorreram focos em Monte Alegre (PA) e no município de Areia da Várzea, perto de Manaus. O surto acarretou o embargo de carnes bovina, suína e de frango pela Rússia, grande importador brasileiro.

Em outubro de 2005, foram descobertos focos de febre aftosa no Mato Grosso do Sul e, em dezembro do mesmo ano, suspeitas no Paraná.

Alguns Países embargaram somente as importações de Mato Grosso do Sul, tais como a Rússia, a Inglaterra e o Chile. Entretanto, a União Européia, a África do Sul e Israel suspenderam as importações tanto do Mato Grosso do Sul quanto dos estados vizinhos. Outros países restringiram a importação de todo território brasileiro. Em dezembro de 2005, a Rússia deixou de comprar a carne proveniente de 10 estados. Sessenta países chegaram a interromper as importações da carne brasileira, em virtude de supostas falhas nos controles de qualidade do produto brasileiro.

Sabemos que, recentemente, produtores irlandeses e ingleses apresentaram à Comissão Européia um relatório solicitando a total suspensão da importação da carne brasileira. Segundo estes, o tamanho do País e o fraco sistema de inspeção representam um grande obstáculo ao controle efetivo da febre aftosa. O estudo foi contestado, em julho de 2007, pela Comissão Européia e pelo Departamento de Alimentação e Veterinária da UE (FVO), órgão responsável pelo controle sanitário no bloco.

Posteriormente, entretanto, comunicaram ao Brasil que a missão européia que viria averiguar as condições sanitárias brasileiras no mês de novembro foi antecipada para outubro. Após a conclusão dos trabalhos da missão, o bloco europeu decidirá se embarga ou não a carne brasileira.

O Brasil precisa, com a maior urgência, adotar ações para retornar a credibilidade do mercado externo.

Dentro deste contexto é que apresentamos o presente projeto de lei que intenta criar o Fundo Nacional para o Fortalecimento da Defesa Agropecuária (FNFDA), vez que, como o maior exportador mundial de carne bovina, o Brasil não pode ficar a mercê de políticas de defesa agropecuária fragilizadas pelas condições precárias de cada Estado. A concorrência do mundo globalizado exige, dentre outras coisas, a erradicação da febre aftosa e os resultados dificilmente serão efetivados com políticas individualizadas de cada estado brasileiro.

Com o ímpeto econômico do agronegócio no Brasil e sua conseqüente internacionalização, além de necessitar da recomposição de seu orçamento, a defesa agropecuária contará com o FNFDA que certamente, contribuirá para o fortalecimento do setor, sob o ponto de vista da segurança sanitária.

Diante do exposto, contamos com a colaboração de nossos ilustres Pares no sentido do aperfeiçoamento e da aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputada SANDRA ROSADO